07/01/2019 16:24 - Bolsonaro fala de tudo, menos de economia, após choque com equipe de Guedes

Após o bate-cabeça da última sexta-feira, quando foi desmentido por representantes do segundo escalão do Ministério da Economia sobre o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o presidente Jair Bolsonaro decidiu não tratar diretamente das finanças do país durante um evento tipicamente econômico. Em seu discurso durante a solenidade de posse dos presidentes da Caixa, Banco do Brasil e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o chefe do Executivo não falou sobre nenhuma medida efetiva de sua gestão, como redução de tributos, venda de ativos ou estratégias para fazer o país crescer. E voltou a admitir sua "ignorância" sobre o tema, algo que o faz desde a pré-campanha eleitoral, quando se aproximou de Paulo Guedes, seu atual ministro da Economia.

"O desconhecimento meu, ou dos senhores, em muitas áreas e a aceitação disso é um sinal de humildade. Tenho certeza, sem qualquer demérito, que conheço um pouco mais de política do que o Paulo Guedes. E ele conhece muito, muito mais de economia do que eu", afirmou Bolsonaro, que foi deputado por 28 anos antes de se eleger presidente no ano passado.

Em um discurso não lido, o presidente falou de economia apenas de maneira superficial, quando reafirmou sua total confiança em Guedes e nos seus escolhidos para as principais funções de seu ministério. "Se a economia for bem, teremos mais emprego, o índice de violência diminuirá, a satisfação se fará presente junto ao nosso povo e nós começaremos a viver dias melhores para o nosso Brasil".

No último fim de semana, Bolsonaro foi aconselhado por assessores a, por ora, não anunciar nenhuma medida financeira. Disseram que, como ele confia em sua equipe econômica, deveria deixar que todos os anúncios fossem feitos por ela. Desde então, o presidente e seus filhos políticos, o senador eleito Flávio, o deputado Eduardo e o vereador Carlos Bolsonaro, inundaram suas redes sociais com temas que já não eram tão "quentes" no noticiário, como a polêmica da roupa azul para meninos e rosa para meninas, criada pela ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, ou sobre a posse de armas, projeto que ainda está sendo elaborado pelo Planalto.

E quem tinha de falar de economia preferiu criticar as medidas tomadas por governos anteriores. "O dirigismo econômico, eu tenho dito, corrompeu a política brasileira e travou o crescimento da economia brasileira. E o mercado brasileiro de crédito está também estatizado e também sofreu intervenções que foram extremamente danosas para o país", afirmou o ministro Guedes. Desde que ele assumiu o cargo, o "dono da chave do cofre" tem reclamado da política econômica de anos anteriores e de atos de corrupção que ocorreram nas instituições brasileiras. Guedes afirmou, por exemplo, que os bancos públicos foram alvos de "saques, fraudes e assaltos". E prometeu abrir as caixas pretas dessas empresas para comprovar o que diz. Ou seja, seguiu o rosário do chefe do Executivo.

Transparência, ONGs e imprensa

Ao longo dos quase nove minutos de sua fala, Bolsonaro ressaltou que espera que todos os atos de sua equipe sejam transparentes, prometeu expor os contratos que tinham termos de confidencialidade e foram firmados com os bancos públicos, afirmou que irá rever os repasses feitos pelo Governo às organizações não governamentais (ONGs) e declarou que pretende alterar as regras de distribuição de recursos de publicidade para os meios de comunicação.

"Vamos democratizar as verbas publicitárias. Nenhum órgão de imprensa terá direito a mais ou menos naquilo que nós, de maneira bastante racional, viremos a gastar com nossa imprensa. Nós queremos sim que, cada vez mais, vocês sejam mais fortes e isentos."

A relação conturbada com a mídia é algo que perpassa por quase toda a carreira política de Bolsonaro. Agora, com a caneta presidencial em mãos, pela primeira vez ele não foi tão duro nas críticas aos meios. "A imprensa livre é a garantia de nossa democracia. Vamos acreditar em vocês, mas essas verbas publicitárias não serão mais privilegiadas para empresa A, B ou C".

Fonte: Afonso Benites - El País Brasil